

A EXCLUSÃO SOCIAL E JURÍDICA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO-SP¹

SANTOS, Clarissa Manzano dos²; INFANTE, Ana Paula Pacagnelli ³;AMARAL, Sérgio Tibiriçá do⁴

PALAVRAS-CHAVE: Exclusão, Dignidade, Participação

O município de Santo Anastácio, região de Presidente Prudente, possui pessoas que, embora titulares de direitos fundamentais, têm estes violados. É clara a inobservância de direitos básicos. A falta de consciência coletiva vinda da carência do ensino gera o cidadão “objeto de direito”, um sujeito passivo diante do assistencialismo. Cria um silêncio contemplativo frente ao poder público, que deveria ter contestada a sua morosidade e incompetência para resolver problemas sociais através da efetivação de direitos fundamentais (eficácia imediata). O problema é crônico na periferia, onde crianças rendem-se ao tráfico de drogas ou então abandonam a escola para viver da coleta de lixo. As pesquisas revelam outra opção para as crianças: trabalhar na roça. O levantamento aponta que 50% dos moradores tem até a 4ª série do ensino fundamental. A situação gera um círculo vicioso: a indignidade gerada pelo descaso produz revolta, e por consequência, o aumento dos atos infracionais envolvendo menores. Isto são resultados da exclusão social e jurídica. Uma criança matriculada na escola joga seu caderno no lixo, mas outra estará esperando o mesmo caderno no lixão, só que para vendê-lo. O caderno como lixo reciclável vai servir de alimento para família. A liberdade restringida pela desigualdade social impossibilita a educação, o mais básico dos direitos, que realmente liberta o ser humano. Trata-se aqui de encontrar soluções para assegurar a dignidade humana, que passa por estes direitos fundamentais protegidos pela constituição. Sua efetividade depende da participação e integração destes cidadãos. Há que se criar meios eficazes para que eles possuam o mínimo material para se considerarem titulares de direitos, respeitando-se os aspectos culturais, históricos e sociais. É neste sentido que se defende a educação, dever do estado e da sociedade: ela contribui para sua formação, tornando-se essencial para o acesso no mundo do trabalho. Este é o fundamento do Projeto Crescer Anastaciano: crianças e adolescentes têm aulas de informática, língua estrangeira e atividades culturais. Busca-se a ampliação do número de cursos oferecidos e de pessoas atendidas. Há idéias que atingem a geração de renda dos pais através da produção de compotas, doces e geléias e da criação da oficina de reciclagem. Como estes projetos esbarram na reserva do possível, urge a participação da sociedade civil, investindo através dos recursos de desconto sobre imposto de renda, promovendo a justiça tanto no campo material, como no da cultura e das mentalidades. É importante que os universitários da Toledo forneçam informações jurídicas básicas para a promoção de ativos promotores de mudanças sociais, auxiliando na elaboração de suas demandas de forma coletiva e organizada diante do poder público.

¹ Pesquisa de Iniciação Científica em andamento.

² Aluna do curso de Direito das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” – cla.manzano@zipmail.com.br

³ Aluna do curso de Direito das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”

⁴ Orientador e Coordenador do Curso de Direito das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” - sergio@unitoledo.com.br